



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Município de Cantanhede** (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 119.028.633,98 euros e um total de fundos próprios de 92.081.482,90 euros, incluindo um resultado líquido de 4.646.859,94 euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de 21.967.582,05 euros de despesa paga e um total de 24.437.311,65 euros de receita cobrada bruta), relativos ao ano findo naquela data, e os anexos às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 a 3 da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Município de Cantanhede** em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião com reservas

1. Os registos contabilísticos encontram-se reconciliados com o sistema de fichas de imobilizado, mas não se considera ainda concluído o inventário do património, sua identificação, valorização e amortização (em 8.2.1, 8.2.3, 8.2.7, 8.2.12 e 8.2.28 dos anexos às demonstrações financeiras). Identificámos determinadas situações de aplicação desadequada ou de insuficiência de informação que permita a apreciação das políticas e critérios valorimétricos aplicados. No entanto, as regularizações que se verificam nos últimos anos evidenciam ações desenvolvidas. Neste contexto, consideramos não ter obtido prova de auditoria suficiente e apropriada acerca das quantias em bens de domínio público, imobilizações corpóreas, proveitos diferidos e respetivas rúbricas de resultados ou de fundos próprios, que nos permitisse determinar a necessidade de ajustamentos.
2. O montante reclamado em processos judiciais em curso movidos contra o Município totaliza aproximadamente 2.500.000 euros com referência à data do balanço. Considerando os processos em causa, por não se encontrar determinado o efeito ou o desfecho previsível, não pudemos concluir quanto à adequação de provisões para riscos e encargos em balanço (206.092 euros).

3. As participações financeiras na ABAP-Associação Beira Atlântico Parque e na BIOCANT-Associação de Transferência de Tecnologia, de 97,39% e 99,93%, respetivamente, estão reconhecidas em balanço pela quantia líquida de 1.882.593 euros (custo histórico agregado de 6.492.361 euros, diminuído do efeito da adoção do método de equivalência patrimonial de 4.609.768 euros).

Conforme decorre das notas 8.2.3 e 8.2.16 dos anexos supra referidos, o Município considera continuar a exercer influência significativa nestas associações e não dispor de informação suficiente e fiável para provisionar. Procede igualmente a divulgações relativas à escritura de compra e venda e contrato de cessão de exploração de estabelecimento, constituídos como um negócio uno e incidível a 28 de março de 2018, entre aquelas associações e a sociedade privada Cantadvicer, S.A.. Para além dos edifícios e terrenos alienados na escritura, a cessão de exploração pelo preço de 200.000 euros é por um período de 20 anos, abrangendo edifícios e a utilização das marcas BIOCANT e BIOCANT PARK. O objeto social daquela sociedade comercial, atualmente com a designação social de Blocant Park, S.A., passou a incluir as atividades das referidas associações.

Neste contexto, verifica-se que o passivo corrente agregado destas associações, na ordem dos 3.000.000 euros, excede o correspondente ativo corrente, em cerca de 500.000 euros, tendo por base as suas demonstrações financeiras auditadas por outros auditores, preparadas no referencial SNC e pressuposto da continuidade. Por outro lado, a informação previsional no Orçamento e Grandes Opções do Plano 2019 evidencia a conseqüente perda de atividade, refletindo a magnitude das alterações estruturais e o abandono da gestão e exploração do Blocant Park, mantendo, todavia, o financiamento através do anterior nível de quotizações dos associados e de fundos comunitários.

As condições afetam o papel que desempenhavam e os serviços que prestavam, necessitando de financiamento para continuarem a existir, pelo que indicam uma incerteza material que pode colocar dúvidas significativas sobre a continuidade de ambas, sem que se encontre disponível informação adequada. Consequentemente, por referência ao POCAL e à política contabilística para provisões para investimentos financeiros na nota 8.2.3, não pudemos concluir quanto aos possíveis efeitos desta matéria no Município.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

- i. Conforme divulgação nas notas 8.2.3 e 8.2.16 dos anexos supra referidos, o ativo contem a quantia de 13.199.644 euros pelo uso do Método de Equivalência Patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros relativos à Inova - Empresa de Desenvolvimento Económico de Cantanhede, E.M. - S.A., em que o Município exerce influência significativa e que integra o perímetro de consolidação, política com a qual concordamos. A respetiva certificação legal de contas emitida por outro auditor referente a demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2018 preparadas no referencial SNC e no pressuposto da continuidade, não contem reservas, ênfases ou

AUREN AUDITORES

auren

[Handwritten signatures and initials]

incerteza material relacionada com a continuidade, não se determinando passivos ou perdas por imparidade a considerar.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas,

AUREN AUDITORES

auren

Handwritten signature and stamp of Auren Auditores. The signature is written in black ink and appears to be 'Auren Auditores'. To the right of the signature is a red circular stamp with the word 'auren' inside. There are also some handwritten initials and marks to the right of the stamp.

modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação financeira nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 16 de abril de 2019

AUREN AUDITORES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Representada por:

Regina Melo e Mata de Sá

Regina Melo e Mata de Sá
R.O.C. n.º 1035